

A luta e a força incessante de Sísifo: resistir é preciso!

Geraldo Balduino Horn e
Alexsander Machado

Caro leitor/a, o jornal *O Sísifo* deste mês aborda diferentes problemas relacionados à luta dos/as trabalhadores/as que atuam na Educação Básica e no Ensino Superior. A primeira matéria, em forma de manifesto, foi produzida pelo Coletivo NESEF. Ela repudia a maneira desrespeitosa como a Secretaria de Educação do Paraná conduz a política das aulas remotas durante o período de pandemia.

A segunda matéria foi elaborada pelo Coletivo Autonomia e Luta - grupo de oposição da atual gestão da APUFPR. O Coletivo Autonomia e Luta atua na defesa da democracia tanto na Universidade Federal do Paraná como também nas Instituições Federais de Ensino Superior de todo o Brasil. O Coletivo apresenta um diagnóstico das ameaças que universidades federais estão enfrentando durante o governo Bolsonaro. Para o Coletivo, a destruição das universidades públicas “passa por ignorar a conquista da comunidade universitária de eleger democraticamente todos os seus dirigentes, ao baixar decretos obrigando os gestores eleitos a passarem pelo crivo da casa civil da presidência e Serviço Nacional de Informações (SNI) para serem nomeados.”

A terceira matéria, escrita por Romeu Gomes de Miranda, professor e militante sindical da APP Independente, analisa com profundidade a Lei Complementar 173/2020. Para Romeu, desde 2014, as elites brasileiras instauraram um sistemático e agressivo combate contra os setores populares da sociedade civil organizada e contra os governos mais progressistas tanto dos estados quanto dos municípios. Nesse combate, o PT (Partido dos Trabalhadores), o PSOL (Partido Socialismo e Liberdade) e outros partidos de centro-esquerda, são considerados partidos comunistas, muito perigosos e que colocam em risco a democracia brasileira. Essa invenção miraculosa, repleta de fantasias de toda ordem, de acusações infundadas, ideológicas e mentirosas é inspirada nas ideias de um caçador de pombos, “orientador espiritual” da família Bolsonaro, chamado Olavo de Carvalho.

A história recente do Brasil mostra que o golpe deflagrado contra Dilma Rousseff, em 2016, foi provocado por uma junção de fatores e manobras jurídicas e institucionais que tiveram o apoio incondicional da grande mídia, em especial, da Rede Globo de Comunicações. Tratava-se de colocar o Brasil

no rumo certo, nos eixos do desenvolvimento econômico e, é claro, tirá-lo das mãos dos comunistas. A narrativa central da defesa de interrupção do governo via impeachment deu-se por meio de um acordo das elites políticas (representantes do capital industrial e financeiro) e de um segmento da classe média moralista insatisfeita com os rumos do país em relação à economia e àquilo que denominavam de “corrupção” enxergando na Lava Jato a salvação da “pátria amada Brasil”.

Consumado o golpe, o “centrão” agiliza sua agenda das reformas prometidas. A começar pela reforma do ensino médio, depois a reforma trabalhista e em seguida a reforma da previdência – todas previstas no projeto do MDB de Temer, denominado “Ponte Para o Futuro”, que prometia tirar o Brasil do buraco. Quem não se lembra? Fato é que, por um lado, com essas medidas a crise não diminuiu, ao contrário, ela se aprofundou justamente por ser estrutural e, por conseguinte, determinada por questões econômicas ligadas ao sistema de produção capitalista. Por outro, as elites não conseguiram viabilizar uma candidatura que pudesse representá-la equacionando a crise econômica e política. Na prática, as reformas, como previsto pelos economistas sérios, em nada contribuíram para amenizar o desemprego. Na verdade, elas promoveram ainda mais a precarização do trabalho. Se as elites não conseguiram até o momento levar às últimas consequências o projeto de reforma do Estado, conseguiram, no entanto, fazer um estrago na vida dos brasileiros. Basta olhar o triste aumento da população em estado de vulnerabilidade social – abaixo da linha de pobreza.

Desde o golpe de 2016, os governos do Paraná - Richa e agora Ratinho Júnior – se apresentam como fiéis escudeiros do Governo Federal, seja em relação à violência praticada contra servidores públicos (em especial os profissionais da educação), seja aprovando leis que retiram direitos históricos dos trabalhadores em educação ou terceirizando serviços públicos essenciais.

Não bastasse tudo isso, ainda temos mais um desafio pela frente: transita na ALEP, um projeto de militarização (gestão cívico-militar) de algumas escolas públicas paranaenses. Neste projeto, a escola terá uma gestão compartilhada entre a Secretaria de Educação e a de Segurança Pública. A ideia é entregar a administração da escola para a gestão da Polícia Militar, do Corpo de Bombeiros ou de outros órgãos oficiais de segurança. Já a parte pedagógica continuará sob a alçada da Secretaria de Educação. Mais um projeto absurdo. Escola não é quartel.

Resista e diga NÃO à escola militarizada no Paraná e no Brasil!

Em repúdio ao desrespeito às prerrogativas do Direito Universal à Educação no Estado do Paraná, com a política das aulas remotas no período de pandemia

Coletivo do NESEF

Pai, afasta de mim esse cálice!
Chico Buarque e Gilberto Gil

Educação, direito de todos e dever do Estado. O Artigo 205 da Constituição Federal nunca foi tão desrespeitado. O contexto da atual política pública paranaense para a oferta da educação, após o cancelamento das aulas presenciais, tem se configurado como mais um instrumento de exclusão e de desigualdade social.

A Secretaria de Estado da Educação do Paraná organizou a continuidade da oferta de aulas, durante o período de pandemia, com a transmissão de aulas gravadas por rede aberta de televisão (em multicanais da Rede Record, que não possui sinal de transmissão em todos os municípios do Estado). Ela também disponibilizou conteúdos via aplicativo Aula Paraná, *Google Classroom* e com as Trilhas de Aprendizagem, material impresso para os estudantes que não têm acesso aos recursos tecnológicos necessários para o acompanhamento das aulas on-line.

Essas proposições não atendem a todos os estudantes da rede pública estadual de educação do Paraná, os quais apresentam, em um número bastante significativo, restrição de acesso às tecnologias digitais de comunicação. Embora haja a possibilidade de se fazer a impressão das atividades – que tentam suprir essa carência com relação ao acesso – os materiais disponibilizados, tanto virtuais, quanto físicos, são insuficientes para a aquisição dos conhecimentos e a aprendizagem que resulta desse processo tem sido inócua, senão nula.

Alheia à escuta dos docentes e pedagogos e às problemáticas inerentes ao processo pedagógico remoto, pouca ou nenhuma atenção tem se dado à saúde e aos problemas sociais e familiares dos estudantes. Tempo excessivo do uso de computadores e celulares, exposição de menores aos perigos no mundo virtual, além dos problemas sociais e emocionais causados pelo isolamento social e pela perda de emprego e renda de muitas famílias, estão presentes na realidade concreta, porém são ignoradas pelo atual Secretário e equipe gestora da SEED.

Os trabalhadores da educação têm sido submetidos a uma carga excessiva de trabalho, que supera, em muito, o número de horas que, legalmente, deveriam exercer. São pressionados e controlados diariamente de várias maneiras: decisões são tomadas, comunicadas e revistas diariamente. Além de administrar a profusão de informações e desmentidos, os docentes, que são o elo mais próximos aos estudantes, são obrigados a mediar a busca insana, da parte

da SEED, NREs (Núcleo Regional de Educação), direções e respectivas equipes por resultados traduzidos, segundo eles, em acessos, que valem presenças (sic!) e realização de atividades para as quais são atribuídas notas. Aos professores cabe “tentar” manter os estudantes acessando o aplicativo Aula Paraná ou o *Google Classroom*, atualizar diariamente os registros de frequência e notas no Livro Registro de Classe On-line, interagir com responsáveis e estudantes, etc. Para tanto, a maioria utiliza recursos próprios de internet, telefonia e outros equipamentos.

Na segunda quinzena de agosto, a SEED passou a exigir a realização de reuniões *online* com os estudantes, por meio do *Google Meet*, numa absurda interação síncrona com os estudantes que tem acesso à tecnologia. Embora no dia 28/08/2020, o secretário de Educação do Estado do Paraná, após *live* realizada pelo Youtube, tenha recuado de sua intenta determinação de obrigar o uso síncrono do *Google Meet*, a constante cobrança por parte dos NREs e da equipe de tutoria, continuam.

É constante o ranqueamento e a exposição das escolas com os dados de acesso de estudantes e professores nas turmas no *Google Classroom*, da quantidade de reuniões on-line realizadas pelo *Google Meet* e de outros dados obtidos via aplicativos usados para controlar e medir acessos e movimentos dentro dos *Apps* Google. Nota-se uma discutível ligação entre o sistema estatal de dados educacionais, incluindo os dados dos funcionários e o alcance da *Big Data*.

Apesar da precariedade das aulas remotas, o Secretário de Educação e do Esporte insiste na afirmação de que a oferta do ensino remoto, na rede estadual de educação do Paraná, supera até mesmo os modelos utilizados nos países europeus. Age como se não houvesse problemas, permanecendo alheio às denúncias de estudantes, de professores e de todos os responsáveis pela escola.

Diante do exposto, afirmamos nosso compromisso com a educação pública e o respeito às peculiaridades de estudantes e trabalhadores da educação. Defendemos o direito à liberdade dos professores para que eles possam desenvolver seus planos de trabalho docente, defendemos o respeito aos pilares da gestão democrática e a autonomia das escolas, sobretudo, nesse momento de Pandemia. Posicionamo-nos pela valorização tanto das equipes pedagógicas bem como pelas equipes gestoras das escolas; pela oferta de estrutura adequada para acesso aos estudantes, tanto em vulnerabilidade social e/ou econômica, como das comunidades indígenas, quilombolas, ribeirinhas, do movimento dos trabalhadores e escolas do campo e por políticas que considerem as especificidades locais. Em suma, denunciemos o caráter empresarial e autoritário assumido pela educação paranaense, reivindicando que a autonomia pedagógica, vislumbrada pela LDB 9394/96, seja a premissa democrática que norteie a escola pública e, principalmente, que ela receba do Governo do Estado do Paraná o respeito que merece e ao qual tem pleno direito.

Em Defesa da Democracia na UFPR e Instituições Federais de Ensino Superior Brasileiras

Coletivo Autonomia e Luta

Na última semana, a nomeação da nova reitora da Universidade Federal Rural do Semi Árido-RN, expôs de forma clara e inquestionável uma forma recente de ataque à educação pública, à ciência e, em particular, às instituições federais de ensino superior (IFES). Para além do desrespeito à autonomia universitária, elevada ao posto máximo da gestão de uma universidade pública a mentalidade anticientífica que, a despeito da legitimidade e do respeito necessários às crenças religiosas, atribui a benevolência de entes metafísicos àquilo que se realiza pela mão real e pesada do autoritarismo político.

A UFPR também está sob risco. A convicção que se opõe à constatação e as crenças (ou mitos) no poder de cura daquilo que não se provou como remédio, são expressões de uma postura anticientífica que não deveria ter lugar na gestão de uma instituição federal de educação superior. A redução orçamentária em Ciência, Educação e Saúde e a ameaça aos processos democráticos historicamente constituídos tem se tornado uma prática progressiva e crescente durante o governo Bolsonaro, reforçada pelos ataques à ciência, à liberdade de ensino e à autonomia universitária.

O governo Bolsonaro, com mais de 6 mil militares, nos relembra um dos períodos mais obscuros da sociedade brasileira, um regime autoritário sob o comando dos militares. A ditadura causou grandes danos à sociedade brasileira, violentou a democracia com o Ato Institucional nº5 (AI-5), que suprimia direitos e garantias individuais, aliado ao Decreto Lei nº 477/1969, foram os instrumentos legais mais fortes de repressão política, com prisões, torturas e assassinatos de cidadãos brasileiros e estrangeiros, que lutavam em defesa dos direitos humanos e da justiça social.

A sociedade brasileira, em especial as universidades, no conjunto de forças populares, sindicais, religiosas e estudantis, reagiram à barbárie e enfrentaram a ditadura, com forte mobilização de massa, derrotando-a e redemocratizando o país. [...] Nos anos de 1990, durante o governo FHC, foi aprovada a Lei 9.192/95 que determina o poder de voto aos docentes na proporção de 70%, e de apenas 30% para estudantes e técnicos administrativos. O movimento docente reagiu, mas foi derrotado em votação no Congresso Nacional. Contudo, as comunidades universitárias conseguiram também conquistar o respeito dos conselhos universitários a consultas democráticas nas quais todos podem votar, e, mais ainda, votos paritários no caso da UFPR e de algumas outras universidades.

Os atos desse governo mostram uma defesa ao retorno à ditadura, atacando o STF e o Congresso Nacional,

instituições que representam os regimes democráticos, indo ao absurdo de defender a sua extinção. É importante registrar o grande estranhamento quando se observa, no interior da UFPR, pela reprodução do discurso governamental, inclusive com a apologia da cloroquina. E ainda o governo joga a sociedade contra o sistema educacional, ao defender projetos de lei como o da “escola sem partido”, ao tentar demonizar os professores, atentar contra a cultura ao propor uma “limpeza” na educação. Em relação às IFES, que formam professores e alunos para o desenvolvimento econômico, social e político da nação, os ataques são ainda maiores, quando ministros se referem as IFES de modo absurdo, acusando o nosso trabalho como “balbúrdia”, “plantações de maconha” e “aulas de sexo”.

O projeto de destruição das universidades públicas passa por ignorar a conquista da comunidade universitária de eleger democraticamente todos os seus dirigentes, ao baixar decretos obrigando os gestores eleitos a passarem pelo crivo da casa civil da presidência e Serviço Nacional de Informações (SNI) para serem nomeados. Além disso, faz cortes drásticos de recursos para desmontar órgãos de fomento à pesquisa como CNPQ e CAPES, corte de bolsas e financiamento às pesquisas nas IFES, como fez no final de 2019 e foi duramente derrotado pela reação inicial dos estudantes, seguidos de professores e servidores. Este governo avança em seu projeto de dominação autoritária, desrespeitando a vontade soberana das comunidades universitárias, ao nomear como dirigentes, candidatos menos votados e mais alinhados com a política do governo, como fez recentemente no Ceará, Rio de Janeiro, Mato Grosso e Rio Grande do Norte.

Não podemos admitir a destruição da educação e das universidades públicas brasileiras, das suas conquistas no campo da democracia e da autonomia, que permitiram a abertura do ensino superior para os excluídos econômica e socialmente. O momento é de ampla unidade para construir uma FORTE RESISTÊNCIA e darmos um basta a essa política profascista de destruição da democracia, da ciência, da cultura e da civilização, em benefício de compromissos com as futuras gerações, pois conquistamos a educação pública, democrática, gratuita, de qualidade e socialmente referenciada que temos hoje.

Quem tem a responsabilidade política, representando os professores da UFPR, de assumir o enfrentamento do processo de resistência? Ora, torna-se imperativo que a APUFPR saia da sua inércia, cumpra seu papel histórico e reaja de forma enérgica no sentido de garantir o processo democrático. Ao mesmo tempo, conclamamos a comunidade da UFPR, corpo docente e discente, técnicos administrativos e a sociedade brasileira a mobilizar-se, como parte do movimento nacional de resistência aos ataques que estamos sofrendo.

Por trás da Lei Complementar 173/2020

Romeu Gomes de Miranda
APP Independente

O governo Bolsonaro aproveitou-se da pandemia para chantagear um congresso um tanto quanto susceptível à chantagem. À reivindicação tantas vezes reiteradas de auxílio financeiro aos estados, em função da pandemia, coloca os parlamentares numa “sinuca de bico”: tudo bem; eu cedo o auxílio mas tem uma contrapartida: quero a proibição a reajustes salariais de servidores públicos, a qualquer concessão de benefícios, realização de novos concursos e de quebra, a imposição de um teto às despesas obrigatórias. Setores poderosos da imprensa, que batem em Bolsonaro em outras pautas, calaram-se, pois há tempo batem no funcionalismo público, ávidos por ver a iniciativa privada ocupando o lugar dos servidores.

Afinal, quem compõe a maioria do congresso hoje, senão representantes do liberalismo econômico? Muito antes da crise do corona vírus, Guedes já vinha tentando destruir as carreiras dos servidores públicos; por inúmeras vezes manifestou-se contra as verbas obrigatórias, entenda-se, Saúde e Educação. A EC-173 foi aprovada sem que se levasse em conta que diversos setores do funcionalismo estão sem reajuste há anos. Os servidores da Educação e da saúde, aqui no Paraná, estão desde 2015 sem reposição da inflação, acumulando perdas superiores a 20%. A situação é tão grave, tão desestimulante, tão aterradora, que sob o silêncio das autoridades, da grande imprensa e até do sindicato, o suicídio de professores aumentou 15 vezes em cinco anos no Paraná.

Não estamos aguentando a precarização das condições de trabalho, aumento da carga de trabalho, o empobrecimento da categoria e a desvalorização social de uma profissão já cantada em prosa e verso. Alguns hão de dizer: mas vejam; o presidente não poupou nem mesmo os militares! Mentira. Já tinha poupado antes, quando na reforma previdenciária, não só garantiu um rearranjo nos vencimentos das várias patentes das forças armadas como garantiu uma previdência bem mais palatável, bem mais suave.

A proibição de novos concursos, nada tem a ver com economia de recursos. Tem a ver, isto sim, com o desmantelamento e precarização em várias frentes do serviço público que já apresentam escassez de pessoal e com esta medida, acarreta uma sobrecarga de trabalho a quem já vem extenuado, fazendo a função de dois, até três colegas que se aposentaram, especialmente na educação e na saúde.

Míopes ou perversos?

Bolsonaro e Guedes, e por extensão os deputados que aprovaram a LC sem questionamentos, não enxergam o hercúleo esforço dos trabalhadores da saúde no combate exemplar que travam contra a pandemia? É claro que

enxergam, mas o compromisso em dismantelar o Estado, é maior. Abrem, assim, caminho para as terceirizações e para ações privatistas. O que fez o setor privado no campo da saúde, por exemplo? Abandonou o povo à própria sorte. Até mesmo o liberal Estado de São Paulo, diz em seu editorial de sábado, 29 de agosto 2020: “Já está mais do que demonstrado que hoje a Nação poderia estar pranteando a morte de muito mais vítimas do novo coronavírus, não fosse o inestimável serviço prestado pelo Sistema Único de Saúde- SUS. “

Muitos dos funcionários do SUS, são funcionários públicos de municípios espalhados por este imenso país. Ganham como prêmio de sua dedicação, a desesperança. No devido tempo e no devido espaço, os digníssimos parlamentares pagarão o preço, uns pela miopia, outros pela perversidade respirar, foi preciso um vídeo agonizante de cerca de nove minutos de um assassinato para as pessoas em várias partes do mundo perceberem ser insuficiente dizer que, cientificamente falando, não existem raças, todas as pessoas são seres humanos, mas sim discutir que a raça é um operador social ativo de distribuição de privilégios, um legado social, fruto de um sistema de crenças e, a partir daí, se tomar atitudes antirracistas de fato.

NESEF publica o primeiro livro da trilogia Educação Filosófica: método e dimensões

O primeiro volume da trilogia é o resultado do esforço mútuo do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre o Ensino de Filosofia (NESEF/UFPR), que atua há mais de duas décadas na defesa de uma educação pública de qualidade e de uma educação integral que não se furta do seu compromisso social. Parte-se, portanto, do esforço de pensar e assumir a educação no campo da resistência a partir da educação filosófica concebida na perspectiva marxista, de que o ser humano não é apenas o sujeito individual, mas é também, sobretudo, o sujeito das relações concretas.

Para saber um pouco mais sobre essa importante publicação, basta acessar o link abaixo. No site, além da versão completa dessa obra, você encontra o registro das várias publicações do NESEF.

<http://www.educacao.ufpr.br/portal/neseef/educacao-filosofica-metodo-e-dimensoes/>

Participe do Jornal
ENVIE SEU ARTIGO PARA
jornalsisifo@gmail.com

Editores: Geraldo Balduino Horn e Alexander Machado